

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1012971-29.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
 Requerente: **Associação dos Moradores do Condomínio Residencial Quebec**
 Requerido: **Tiago Moreira da Silva**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Castilho Aguiar França**

Vistos.

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CONDOMÍNIO RESIDENCIAL QUEBEC pediu a condenação de **TIAGO MOREIRA DA SILVA**, ao pagamento da importância de R\$ 2.681,46, correspondente a contribuições condominiais vencidas, bem como aquelas que se vencerem no curso do processo.

Infrutífera a realização da audiência de tentativa de conciliação, pois o réu não foi encontrado para citação.

Determinou-se a citação do réu pelo rito ordinário.

Citado, o réu não contestou o pedido.

Deferiu-se a suspensão do feito para tratativas de acordo entre as partes.

A autora informou que não houve quitação do débito e requereu novo sobrestamento do feito, o que foi deferido.

Decorrido o prazo e intimada para manifestar-se sobre o prosseguimento do processo, a autora ficou-se inerte.

É o relatório.

Fundamento e decido.

À falta de contestação, presumem-se verdadeiros os fatos alegados pelo autor, com a consequência jurídica do acolhimento do pedido (Código de Processo Civil, artigo 344).

Demais disso, os documentos juntados comprovam a relação jurídica contratual, da qual decorre a obrigação do réu, de pagar o valor cobrado.

Entretanto, analisando o cálculo apresentado às fls.08, além do valor do


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

débito, com as devidas atualizações e encargos moratórios, a autora incluiu honorários advocatícios. No entanto, falta amparo legal à inclusão de verba honorária de 20%, unilateralmente imposta pela autora, porquanto a fixação constitui tarefa de quem preside o processo. E esta parece abusiva, pois mais razoável estabelecer 10%, perante a mínima complexidade da causa.

Diante do exposto, **acolho o pedido** e condeno o réu TIAGO MOREIRA DA SILVA a pagar para ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CONDOMÍNIO RESIDENCIAL QUEBEC, a importância de R\$ 2.116,21, com correção monetária e juros moratórios subsequentes àqueles já contabilizados na planilha de cálculo de fls.08, bem como das contribuições que se vencerem no curso do processo, com correção monetária, juros moratórios e multa moratória, além das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios do patrono da autora, fixados em 10% do valor da condenação.

P.R.I.C.

São Carlos, 06 de junho de 2016.

Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**